

DIFUSÃO ESPACIAL DA COVID-19 EM PEQUENAS CIDADES: MOBILIDADES E RURALIDADES COTIDIANAS

Spatial dissemination of Covid-19 in small cities: daily mobilities and everydayness ruralities

Vitor Sartori Cordova

Sociólogo, doutor em urbanismo pela PUC-Campinas e Universidade de Coimbra, Portugal. Pós doutorando na Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (FCA/Unicamp) com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) - Processo FAPESP 2019/15057-4 vitorcordova@yahoo.com.br.

Jéssica de Almeida Polito

Arquiteta e urbanista, doutora em urbanismo pela PUC-Campinas. Professora no curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP-Engenheiro Coelho) e da Universidade Paulista- UNIP (Campinas), Brasil jessica.polito@unasp.edu.br

Eduardo Marandola Jr.

Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Coordenador do Laboratório de Geografia dos Riscos e Resiliência (LAGERR/FCA/Unicamp), Brasil eduardo.marandola@fca.unicamp.br

Recebido: 06.10.2021

Aceito: 23.03.2022

Resumo

A difusão espacial da COVID-19 apresenta diferentes proporcionalidades entrelaçadas em relações não lineares, dificultando análises engessadas sobre a pandemia. A prevalência de escalas superiores, como da leitura gradual entre cidades grandes, médias e pequenas dificulta a identificação de fatores relacionados às regionalidades. Sendo assim, até que ponto os padrões atrelados ao adensamento populacional e potencial construtivo deste gradiente urbano conseguem conformar integralmente a leitura dos dados sobre os atuais riscos da difusão pandêmica? Desta forma, almeja-se contra argumentar estes padrões através da relevância dos fatores ligados aos modos de vida de populações em seus contextos regionais que, no caso deste artigo, se relaciona com as cidades de pequeno porte do interior paulista. Mais precisamente, se a difusão da COVID-19 está atrelada ao adensamento, intenta-se mostrar que este apresenta uma identificação territorial arraigada nos hábitos culturais da região em que se encontram as cidades de Iracemápolis e Mogi Mirim, ou seja, o do modo de vida rural presentes como ruralidades, mesmo no urbano. Destarte, estes hábitos se tornam um fator preponderante que permitem a leitura da disseminação viral através de seu território praticado além do imposto pelo urbano e pela agroindústria.

Palavras-chave: distribuição espacial da população; taxa de propagação viral; ruralidades; vulnerabilidade.

Abstract

The spatial diffusion of COVID-19 presents different proportionalities intertwined in non-linear relationships, making it difficult to analyze the pandemic. Furthermore, the prevalence of higher scales, such as the gradual reading between large, medium and small cities, makes it difficult to identify factors related to regionalities. Therefore, to what extent can the patterns linked to population density and the constructive potential of this urban gradient fully shape the reading of data on the

current risks of pandemic diffusion? In this way, the aim is to argue against these patterns through the relevance of factors linked to the ways of life of populations in their regional contexts, which relate to the small cities in the interior of São Paulo. More precisely, if the spread of COVID-19 is linked to densification, it is intended to show that this presents a territorial identification rooted in the cultural habits of the region in which the cities of Iracemápolis and Mogi Mirim are located, that is, the way of rural life present as ruralities, even in urban areas. Thus, these habits become a preponderant factor that allows the reading of the viral dissemination through their territory practised beyond the urban and agroindustry imposed.

Keywords: spatial distribution of the population; viral spread rate; ruralities; vulnerability.

1. INTRODUÇÃO

O atual quadro pandêmico apresenta um impacto extraordinário na área da saúde mundial. No Brasil, este vem sendo um desafio à população e ao Estado. Várias atividades do brasileiro foram sendo gradualmente paralisadas, acarretando drásticas mudanças. O principal aspecto destas é a necessidade de manter o isolamento social. Este pode ser compreendido como “solidário”, vide o sentido comum que está implicado na pandemia, lançando para o coletivo o desdobramento de nossas ações individuais (BATISTA, 2020). Neste sentido, o isolamento não é apenas uma ação de proteção individual, mas uma saída para a amenização do quadro contagioso.

No entanto, esta prática que reverbera como ação de saúde pública fora encarada com dificuldade (BATISTA; TARJA, 2020). Isto deve-se apenas em parte pelo displicente descumprimento do “#fiqueemcasa”, afinal, problemas na obtenção de informações ou meios de prevenção e fatores ligados a alguns setores empregatícios – que ficaram desamparados com as flexibilizações do âmbito trabalhista – parecem especialmente relevantes (não apenas) no Brasil (SANTOS, 2020). Todavia, no caso particular, a concretização da reforma previdenciária em 2019, a incidência da flexibilização dos direitos trabalhistas e o solapamento do Ministério do Trabalho prepararam um contexto dramático para o novo corona vírus.

O ponto de partida da irradiação viral encontra-se, hipoteticamente, nos mercados de Wuhan (China). Afamados por sua negligência sanitária, o vírus fora encontrado presente na carne de morcegos (BAIDOU, 2020). Inicialmente uma endemia, espalhou-se rapidamente para vários continentes. Nesta trajetória, o epicentro passou da Ásia à Europa e às Américas, estando EUA e Brasil no topo dos indicadores relevantes em relação a contágio, óbitos e intensidade da pandemia (variantes). O problema, além de profilático, tenciona-se sob o acesso às condições básicas para a preservação da vida prevista nos direitos humanos e constituições nacionais (AGAMBEN, 2020). Neste caso, países com

estruturas sociais e espaciais tão desiguais - como é o caso do Brasil -, alinhado a uma conjuntura política conservadora e negacionista – que não apenas é contra os direitos sociais, mas atua na sua eliminação, transformando políticas públicas em verdadeiras necropolíticas –, constituem um encaixo no enfrentamento da pandemia.

Para além das análises de conjuntura e estudos epidemiológicos fundamentais, o objetivo deste artigo se volta para os aspectos culturais e populacionais que a multiplicidade de situações espaciais de diferentes regiões apresentam para a sua confrontação. Argumenta-se que as vulnerabilidades se constituem também pelos territórios outrora praticados nas atuais complexas tramas urbano-regionais. Tramas que, em cidades pequenas, abrangem extensões culturais além da malha urbana oficial, interconectando-se às relações de socialização consolidadas nas mobilidades cotidianas. Mais precisamente, o fator urbano nestas localidades não se desprende de práticas culturais que abarcam laços sociais que envolvem outros modos de vida, como o rural, manifesto em ruralidades presentes no modo de vida regional e incluindo as áreas urbanas.

O problema ganha relevância à medida que as estatísticas de contágio dos protocolos de saúde, bem como as discussões e ações no campo político, têm se pautado por parâmetros consolidados na metodologia de combate da disseminação do vírus nas metrópoles. Devido ao grande contingente populacional e de concentração de recursos (e casos), não é incomum que a difusão viral aconteça via redes de transporte e concentração de fluxos, assim como haja, em grandes centros urbanos, os maiores índices de mortes e contaminados. No entanto, no Brasil, a variedade de situações regionais apresenta uma ampla gama de condições que desafiam a compreensão do desenvolvimento da doença.

Desta forma, examina-se os diversos problemas que apresentam as pequenas cidades no interior do estado de São Paulo no contexto da COVID-19. Estado com quase 50 milhões de habitantes e uma densa rede urbana, a situação peculiar de suas pequenas cidades – muito conectadas com as demais da rede urbana e organicamente articuladas com as áreas rurais –, trazem desafios próprios para a compreensão do fenômeno em questão. São dois os aspectos investigados sob à luz das áreas da sociologia urbana, do urbanismo e da geografia humanista: a) as formas de habitar destas pequenas cidades que expressam uma maneira de ser-e-estar-no-mundo entre o urbano e o rural; e b) outros tipos de mobilidade para além da pendular, que também orientam as relações com outras cidades (como as de porte médio) organizando assim o próprio cotidiano citadino (MARANDOLA JR., 2011; CORDOVA, 2014).

Assim sendo, o trabalho intenta contribuir para este debate a partir da análise dos índices de contaminação e mortalidade de Iracemápolis e Mogi-Mirim, interior do estado de São Paulo, classificadas como pequenas cidades. A justificativa tange-se em explicitar que, por intermédio do grande adensamento populacional das regiões em que se encontram, os indicadores sociais também deveriam relevar - no intuito de compreender como se desenvolve seus cenários de propagação viral - as complexidades culturais presentes nestas localidades.

Em outras palavras, compreender a difusão espacial da COVID-19 no contexto das mobilidades cotidianas destas cidades permite uma análise da propagação viral para além da densidade demográfica, construtiva ou da rede de infraestruturas de comunicação e transporte ligados à produção agroindustrial – fatores tidos como os mais preponderantes quando se fala em rede urbana no Estado de São Paulo. A regionalidade, atravessada de ruralidades manifestadas nas práticas e deslocamentos cotidianos, aparecem como relevantes no liame entre os influxos da vida urbana e a memória ainda mantida dos costumes rurais.

2. MOBILIDADES COTIDIANAS E VULNERABILIDADES NA CONSTITUIÇÃO DO URBANO BRASILEIRO

O atual cenário pandêmico intensificou o agravamento político-econômico nacional. Obviamente que este quadro guarda heranças conhecidas. Entre elas está a desconcentração do capital, a derrocada da economia planificada, o afrouxamento das funções estatais e o discurso neoliberal (HARVEY, 1992). Este panorama não passaria incólume ao âmbito urbano. Zonas antes identificadas sazonalmente, são paulatinamente esquecidas. Consequentemente, as partes condensadas da cidade se encontrariam gradualmente rechaçadas, dando lugar a outros modos de sociabilidade, isto é, pautados pelo discurso individual e identidade liquefeita (BAUMAN, 2004), intermediados pelo sinal dos mecanismos tecnológicos e determinações da relação local-global (SANTOS, 2017).

O espaço da cidade sentiria esta diferença tentando corresponder a estas pluralidades de identidades. Na verdade, estas resoluções se dão como “produtos urbanos”, conectando-se às necessidades de consumo e produção em processos de gentrificação, ambientes turísticos e experiências vendáveis como a da saúde, condicionando burocraticamente a experiência urbana (RIBEIRO, 2005). Além disso, os problemas incitados pela economia mundializada ditaria outros trâmites. Primeiramente, a circunscrição do indivíduo em relações pontuais: a casa, o bairro e a relação trabalhista

tecidas no território. Isso significa que sua dinâmica existencial se pautaria em ações altamente circunscritas, fazendo com que estas não fugissem do pragmatismo das condições materiais.

Em segundo lugar, as demais solicitações que fossem além deste caráter físico-existencial pô-lo-iam no campo das explicações do global, um antro de relações onde os agentes econômicos não estariam necessariamente circunscritos no mesmo campo espaço-temporal. Assim, a gênese organizacional do global não conseguiria ser dinamizada holisticamente a partir de um epicentro, pois transbordariam sob qualquer explicação mais palpável através das atividades exercidas no campo de ação individual (GIDDENS, 1991). Isto implicaria em problemas de identificação simbólica dos processos sociais. Mais precisamente, a fragmentação dada através da experiência contemporânea estaria fadada a crises sequenciais de desencixe, fazendo o lugar – este bojo de relações culturais e simbólicas da vida cotidiana – se evaporar rapidamente.

É importante ressaltar que as concepções locais neste momento não são centradas propriamente no modo de vida do sujeito, ou melhor, em sua experiência, mas em sua capacidade de locomoção no espaço da cidade, na noção de como pode encaixar-se no espaço configurado, isto é, nas prévias localidades racionalizadas, o que é diferente de explicitar as várias relações que teria na forma de compreendê-las enquanto lugares. Desta maneira, a proteção do imprevisto, através das pontuais funcionalidades, é insistida para pensar a recuperação da questão da identidade do sujeito de forma mais ontológica no urbano (SECCHI, 2000).

Nisto, a rede urbana é fundamental para a interpretação das cidades por seu papel na articulação do sistema produtivo, serviços e modos de vida que se constituem entre elas, seja por complementariedade ou por estabelecimento de hierarquias. Tal influência carrega potencialidades exuberantes, tendo força para desterritorializar e reterritorializar conforme as necessidades do capital. Vale lembrar que estas forças são pertinentes dada a inserção destas localidades no bojo do capital financeiro, transformando cidades em “cabeças de território” (SANTOS, 2008).

Esta classificação fica nítida na hierarquia das redes viárias que conectam estes grandes centros aos de estratos médio e pequeno, criando-se verdadeiras macrocefalias, isto é, áreas que concentram agentes e relações com poder de gerência dos meios técnicos-científicos-informacionais. Tal hierarquia de redes urbanas são utilizadas não só no debate das condições econômicas que distinguem a importância destas cidades em um estado ou país, mas também estão sendo interpretadas como fator-chave nas maneiras de

propagação da COVID-19 (RIBEIRO, 2020). Através de um eixo formado entre uma migratória fluidez demográfica e as vias de transporte, o fluxo epidemiológico corresponder-se-ia exatamente nestas respectivas cartografias (SILVA *et al.*, 2020).

Esta abordagem está sendo encarada como determinante na maneira em que a COVID-19 se difunde pelo território brasileiro. Segundo Batella; Miyazaki (2020), o início da dispersão viral se deu em São Paulo, propagando-se a outros estados brasileiros através dos níveis de deslocamento entre as cidades interconectadas com a capital paulista e suas regiões metropolitanas. Porém, é o fator de controle da propagação do quadro pandêmico que se revelou como um diferencial no argumento de que as grandes localidades sejam tidas como parâmetros de análises ordinárias sobre o vírus. Dotadas de expressiva infraestrutura hospitalar, o nível de disseminação da carga viral nestas cidades fora controlado após alguns meses (em 2020), fazendo com que suas atividades presenciais fossem retomadas antes do esperado. Mesmo que o quadro de infecção e mortes apresentou-se de forma contundente, o de outras cidades de menor porte encrudesciam de forma preocupante, com o agravante de não contarem com a mesma estrutura médico-hospitalar.

Outro problema são as mobilidades cotidianas destas cidades interioranas que apresentam outros padrões de interações espaciais, rompendo com o modelo clássico centro-periferia e mantendo relações horizontais na rede urbana (OJIMA; MARANDOLA JR., 2012). Sendo assim, estes deslocamentos não são feitos somente entre as malhas urbanas. Com a maioria destas cidades podendo ser consideradas de pequeno porte (76,9%, segundo dados do IBGE de 2010), apresentam forte articulação com os hábitos de vida rural nos motivos de deslocamentos cotidianos. Isto faz com que se intensifique ainda mais sua vulnerabilidade em relação à propagação e aos óbitos da doença. Desta forma, a hierarquia tida entre a capital do estado e as demais cidades é extremamente relativizada se considerado o efeito rebote (sucessivas ondas de contaminação) que estas localidades podem iniciar.

Assim sendo, insiste-se neste trabalho sobre a consideração dos modos de vida das pessoas em sua convivência com o seu mundo circundante que, no caso das cidades pequenas, emaranha-se em saberes compartilhados em um campo de sensibilidade que envolve grandes cidades, de porte médio e, além disso, o rural, que constitui a história da maioria das cidades brasileiras. São destas problematizações que é igualmente permitido relativizar a perniciosa romantização das análises que abordam a vivência no lugar.

O sentido de lugar não se qualifica como instância pontual de uma cartografia superficial, e seus limites não são precisos e tampouco conformados pelos limites político-administrativos das e entre as esferas oficiais (POLITO, 2018). São parâmetros multidisciplinares da vida em comunidade, construídos incessantemente e que atribuem cores, contornos e nuances a uma paisagem cultural que se configura a partir de áreas por onde deambulam pessoas, objetos e ideias em uma complexa rede de socialização (ANDREOTTI, 2013). Tais áreas podem ser reconhecidas e, neste sentido, até o mapeamento temático pode se tornar um precioso recurso metodológico de análise.

Como exemplo, tem-se neste mapeamento a revelação de uma outra rede: a intercomunitária, aquela que emerge dos relacionamentos e laços sociais e de seu conteúdo ético. Entrelaçamento este que relativiza a rede urbana pragmática dada às burocratizações da tecnologia e do mercado financeiro, criando resistências a partir de seus critérios de cooperação mútua e revelando um indicativo pertinente para a compreensão das tantas vulnerabilidades existentes. Assim, o caráter plural e multifacetado de uma paisagem cultural torna ineficaz as análises galgadas nas leituras padronizadas que não consideram sua multiplicidade e essência ou que aplique modelos interpretativos gerais advindos da leitura de outras áreas.

É neste âmago que o processo de pensar a questão das mobilidades cotidianas e da vulnerabilidade se torna urgente, uma vez que a primeira ainda é tomada como apenas circunscrita aos deslocamentos pendulares ligados aos processos estruturais do sistema produtivo. O mundo-da-vida, sob o prisma destes deslocamentos, ao invés de desaparecer ou de se tornar um ponto de partida do indivíduo, alça extraordinárias ponderações quando contrapostos sob a luz da rede urbana dita oficial. Em outras palavras, os “rios subterrâneos”, formados pelos modos de vida, têm uma dinâmica própria não só em relação ao mundo-da-vida que os identifica enquanto tal, mas em uma forma ímpar de ler os processos socioeconômicos metropolitanos, constituindo um espaço que não é fechado em si, mas vivido regionalmente (MARANDOLA JR., 2011).

Isso não significa que exista um mundo arcaico e outro moderno no âmbito de análise. Na realidade, fenômenos pertinentes como a desigualdade, demandas de mercado, crescimento urbano e vulnerabilização da população se tornam ainda mais complexos sob o prisma da mobilidade (OJIMA; MARANDOLA, JR., 2012). Precisamente, esta dinâmica que se interpreta sob o fenômeno da intencionalidade amplia-se para além da mecânica dos deslocamentos influenciados pelos grandes centros metropolitanos, envolvendo mecanismos de reprodução social (URRY, 2007), porém, articulados por meio dos

processos materiais, sociais e simbólicos dos lugares (KELLERMAN, 2006). Como fenômeno social, a intencionalidade centrada neste âmbito do mundo vivido reelabora as hierarquias e as formas de centralidade, diversificando as canônicas relações capital-interior e urbano-rural. A mesma também faz repensar a dinâmica existencial no processo da redefinição de novas territorialidades, isto é, reforça a questão topofílica no que tange a importância de se considerar as intencionalidades entre ser e lugar que constroem o envolvimento com as alteridades (TUAN, 2012).

Situações estas pouco consideradas, pois lidas na mediação estrita de Estado-nação (ou melhor, na interpretação da existência de bases morais pré-estipuladas por suas instituições) ou em uma visão macro estrutural de mobilidade cooptados pela pendularidade de origem-destino, relegando as estratégias de sobrevivência as quais criam territórios com pessoas que estejam na mesma situação. Ainda mais: faz emergir modos de habitar territorializados não compreendidos pela modernidade que foram, por séculos, responsáveis pelos processos de fundação de cidades e de urbanização no Brasil (CORDOVA, 2014; 2018).

Desta forma, não se pode ocultar outro fator: guardam estes modos de habitar uma rede urbana preta de dívidas históricas, o qual “o sujeito individualizado, [que] absorve e rejeita o risco criado pela modernidade em uma busca constante e cotidiana entre a segurança no local de residência e a proteção simulada no local de trabalho” (OJIMA; MARANDOLA, JR., 2012, p. 11) herde, inevitavelmente, estas dívidas em seus deslocamentos.

3. DUAS PEQUENAS CIDADES PAULISTAS: IRACEMÁPOLIS E MOGI MIRIM

A atual pandemia aponta para um esforço de leitura em situar as estatísticas de propagação do vírus nos contextos urbanos, os quais apresentam distintas vulnerabilidades relacionadas aos modos de habitar uma cidade, no caso, pequena (RIBEIRO, 2004). Isto pode sinalizar os motivos pelos quais o isolamento solidário, defendido como ação eficaz à diminuição do contágio da COVID-19, não vem alcançando seus objetivos (FARIAS, 2020). Não obliterando o quanto este isolamento pode, no Brasil, revelar um aumento dos índices de violência doméstica (estupros, agressões) e também o fato de uma casa ser um agravante considerável de transmissão da doença, tem-se ainda um outro empecilho o qual o olhar técnico não consegue conceber como problema acentuado pela COVID-19: o potencial de propagação.

Tendo o Estado de São Paulo grande pujança política e econômica no país e detendo influentes aglomerações urbanas e regiões metropolitanas¹, exerce um poder exponencial sob o mercado de capitais, conseguindo se tornar um dos mais importantes polos de investimentos financeiros e interferindo em outras regiões da União, como na alocação de seu complexo industrial a outras cidades e estados. Afora a pressão exercida sob o governo federal na construção de mais fontes de energias para a sustentação de suas atividades (CANO, 2008).

Mas, mesmo com este poder econômico e informacional, a amenização da propagação da COVID-19 se viu comprometida em suas regiões interioranas. Apresentando uma baixa adesão ao isolamento social, estas localidades criaram para si uma falsa sensação de segurança devido a interpretação equivocada dos dados oficiais dos órgãos de saúde no quesito alastramento viral (FORTALEZA *et al.*, 2020). Em outras palavras, entenderam os seus poderes municipais que este fator somente atrelava-se às localidades de alta densidade demográfica, isto é, grandes cidades.

Com esta perspectiva, mesmo com a identificação extremamente pertinente do problema pandêmico nas grandes cidades, muitas das sugestões apresentadas no intuito da contingência da propagação viral se basearam nos mesmos paradigmas de rede urbana, isto é, através do controle hierárquico do território. Assim sendo, ter-se-ia: a) a intensificação do isolamento social em densas áreas urbanas e de forte influência econômica; seguido de, b) uma fortificação deste isolamento nas localidades adjacentes mais próximas a estas áreas; e, c) a contenção viral, por consequência das primeiras ações, nas localidades interioranas (FORTALEZA *et al.*, 2020).

Importante frisar que, este trabalho, não desconsidera os inúmeros problemas que uma metrópole e sua região guardam neste campo da pandemia. Porém, o texto se preocupa com os números apresentados por alguns municípios pequenos, pois revelam certa carência de uma leitura acurada dos dados para tomar atitudes frente à propagação da doença. Não significa que estes dados estejam sendo negligenciados. Não obstante, estão sendo pouco ponderados quando a vulnerabilidade não é pensada de forma a conceber as problematizações do quesito intencionalidade. Mais precisamente, na insistente comparação com os números de grandes localidades, os poderes públicos de cidades pequenas pautam suas ações de forma marmórea, revelando contratemplos os quais as respectivas administrações municipais mal conseguem lidar. Como breve estudo

¹ As que mais influenciam as cidades de Iracemápolis e Mogi Mirim são: Baixada Santista, São Paulo, Campinas e Piracicaba.

de caso, apresenta-se duas cidades a pouco mais de 150 quilômetros da capital paulista: Mogi Mirim e Iracemápolis.

Mogi Mirim, fundada no ano de 1769, é considerada uma das mais antigas cidades do território paulista segundo o “Quadro de Desmembramento Territorial-Administrativo dos Municípios Paulistas” elaborado pelo Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo (IGC). Apresenta estimativa de 93.189 habitantes (IBGE, 2018) distribuídos em 497,78 km² com densidade demográfica de 173,77 hab/km² (dados de 2010). Todavia, desta unidade territorial, apenas 66,998 km² compõe a área urbana. O território desta cidade é predominantemente rural (86,54%) e, nestas porções, habitam aproximadamente 10% da população total².

Iracemápolis, por sua vez, fazia parte da Sesmaria do Morro Azul sob comando político da cidade de Limeira, além de ter sido rota de excursões exploratórias em busca de mão de obra escravagista indígena e ouro (século XVII-XVIII). Permaneceu como distrito de Limeira de 1923 à 1953, emancipando-se no ano seguinte. Atualmente, obtém 24.235 habitantes (dados estimados do IBGE de 2019). Sua área territorial, segundo o próprio IBGE, abrange 115,118 km² (dados de 2018), onde sua área urbana compõe-se de 7,5 km². Assim como Mogi Mirim, seu território é predominantemente rural (93,53%) e abriga 2,07% da população total³. Em dados gerais, Iracemápolis apresenta densidade demográfica de 173,99 hab/km² (dados de 2010).

A proporção de área predominante rural⁴ contrasta com a alta concentração da população na malha urbana, apresentando uma ambivalência entre o rural e o urbano tanto em sentido econômico (a força de atividades agroindustriais de articulação entre cidade e campo), quanto em relação aos padrões de mobilidade espacial no contexto da rede urbana regional. Além do mais, estas duas cidades integram a Região Imediata de Campinas,

² Plano Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região de Mogi Mirim (2010-2013). Obtido em: http://www.cdrs.sp.gov.br/conselhos/arquivos_cr/26_01_02_2011_plano%20regional.pdf.

³ Plano Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região de Limeira (2010-2013) Obtido em: http://www.cdrs.sp.gov.br/conselhos/arquivos_cr/22_17_07_2012_PRDRSLimeira.pdf.

⁴ Decerto que, a atual área considerada rural nestes municípios, abrange a plantação extensiva e ostensiva da monocultura canavieira que, obviamente, modificou boa parte da paisagem considerada cultural da região, isto é, a denominada “caipira”. Entretanto, é interessante averiguar que os fixos dos territórios, como diria Milton Santos, ainda pautam diversas ações sociais que se conectam às práticas do passado como, por exemplo, as festas aos padroeiros de alguns bairros rurais ainda ativos e remanescentes da tradição caipira da região, cujas capelas são o ponto de encontro destas pessoas. Mesmo que muitos dos residentes da área rural já tenham se mudado para a cidade, até mesmo a estética de suas casas ainda se conforma com algumas destas ações guardadas em suas memórias (CORDOVA, 2018). Aliás, muitas das práticas rurais são feitas em pleno âmbito urbano, como é o caso das rodas de cururu (CORDOVA; VICTAL; 2017). Assim sendo, na leitura do artigo, não se desconsidera os fatores dos modos de produção que arremataram outras práticas sociais como as das relações sociais de produção do capital, mas tende a balizar que estas, de certo modo, não rechaçam por completo os saberes destes lugares, fazendo com que as relações de produção sejam relidas no intuito de serem compreendidas (e criticadas) de forma discernível por estas pessoas ainda interligadas àqueles saberes tradicionais.

tendo como vizinhos mais próximos, respectivamente, as cidades de porte médio de Mogi Guaçu e Limeira. (Figura 1).

Mogi Guaçu, com uma população estimada de 151.888 pessoas, se estende por uma área de 885 km² onde 88,7% desta é rural. Conta com 3 hospitais públicos que recebem regularmente pacientes de outras localidades próximas. Limeira possui uma população estimada em 306.114 pessoas e um território de 580,983 Km², sendo 75,55% rural. Possui, ao todo, 4 hospitais, sendo 2 públicos. Há, nestas duas localidades (e adjacências), serviços do terceiro setor, polos tecnológicos, usinas produtoras de açúcar e álcool, instituições de ensino superior, indústrias locais e multinacionais que participam das múltiplas dinâmicas existentes nesta porção do território paulista, cuja essência é rural e 75,86% dos municípios são de pequeno porte. Na escala das pequenas cidades, Mogi Mirim se destaca por ser a mais populosa entre elas. Contudo, apesar da significativa diferença demográfica existente entre ela e Itacemópolis, ambas pertencem ao mesmo contexto paisagístico-cultural e à mesma classificação (cidade pequena).

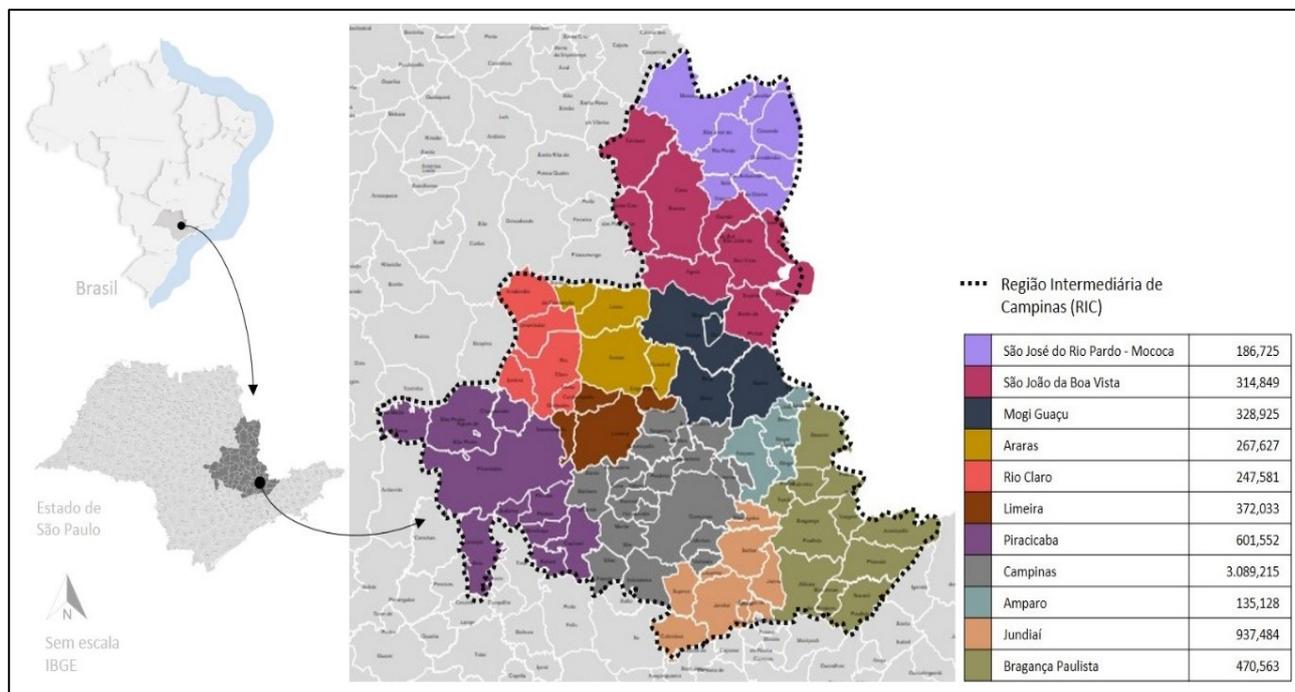


Figura 1 - Região Geográfica Intermediária de Campinas

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados obtidos em Região Geográfica Intermediária de Campinas e Regiões Geográficas Imediatas – 2017 (IBGE).

Estas duas últimas localidades citadas (Limeira e Mogi Guaçu) são limítrofes também da Região Metropolitana de Campinas (RMC), da qual participam 20 municípios em 3.791 km² e totaliza 3,2 milhões de habitantes, dos quais 26.752 se encontram em área rural

(IBGE, 2018). Este conjunto de arranjos geográficos integram a Região Geográfica Intermediária de Campinas⁵, em totalidade composta por 87 cidades organizadas em 11 regiões geográficas em uma área de 24.769.309 km², entrecortada por eixos rodoviários federais e estaduais e com acesso privilegiado ao sul do Estado de Minas Gerais (Figura 2).

Sua população total estimada é de 6.951.682 habitantes residentes em municípios, segundo o critério paulista, de pequeno (até 100 mil habitantes) e médio porte (até 500 mil habitantes), tendo Campinas como a única cidade de grande porte (a primeira metrópole brasileira com 1.204.073 habitantes sem ser capital) (IBGE, 2018).

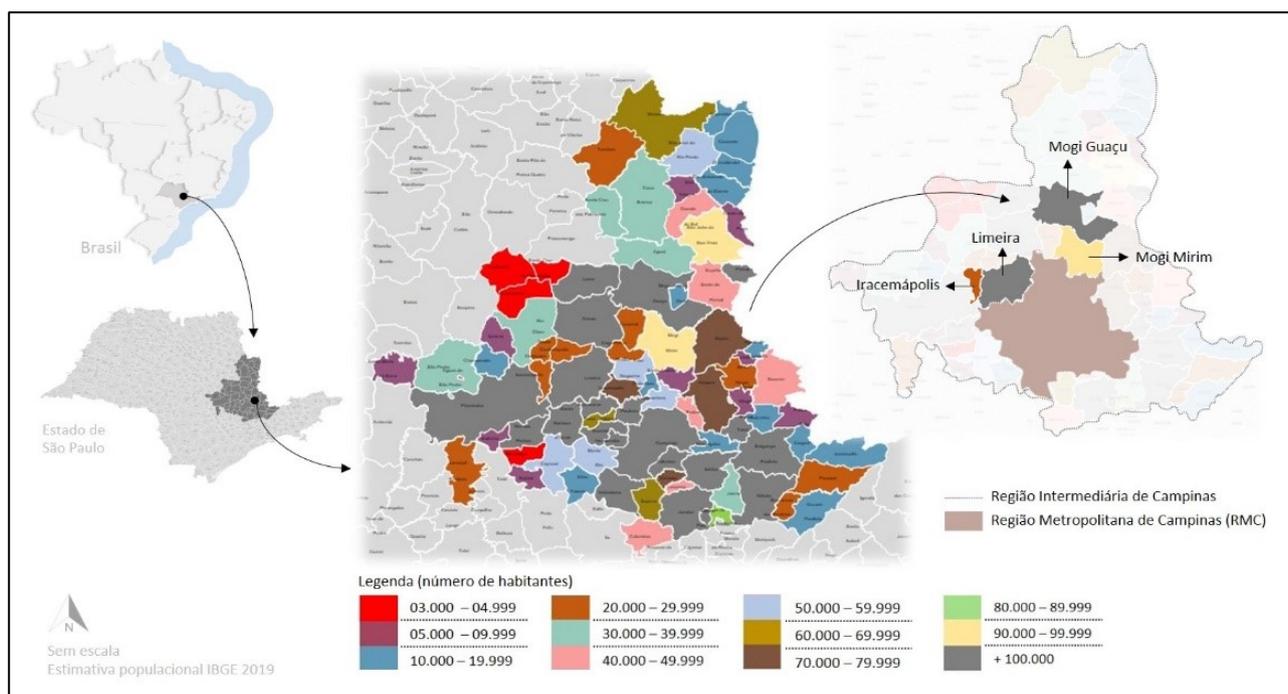


Figura 2 - Identificação das cidades de pequeno porte na Região Metropolitana de Campinas-SP e adjacências.

Fonte: elaborado pelos autores a partir das informações disponibilizadas pelo IBGE, obtido em <https://cidades.ibge.gov.br/>.

Em termos de mobilidade espacial, os dois municípios apresentam dados bastante expressivos desta condição de pequenas cidades em suas respectivas redes. Em termos de deslocamentos pendulares para estudo, 18,94% dos estudantes de Iracemápolis o faziam em outro município, enquanto Mogi Mirim apresentava 14,34% para o mesmo quesito, estando entre os percentuais mais altos das suas respectivas regiões.

⁵ Segundo dados contidos em Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias - 2017, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No caso dos deslocamentos para trabalho, Iracemápolis apresentava 20,62%, patamar elevado em relação a cidades de mesmo porte da região, enquanto Mogi Mirim apresentava 12,31%, um patamar mediano na análise regional. Esta mobilidade, expressa pelos deslocamentos pendulares, indicam as relações regionais organizadas a partir da rede urbana especialmente articuladas por estruturas de serviços e do sistema produtivo, o que reforça o sentido intra-regional quando se observa a predominância de deslocamentos pendulares para trabalho com durações entre 30 minutos até 1 hora (as quais pautam os deslocamentos fora do município, porém, em âmbito regional): 15,08% no caso de Iracemápolis e 17,38% no caso de Mogi Mirim.

Contudo, entre os diversos aspectos que conduzem à distribuição espacial da população, tem-se as particularidades do histórico processo de urbanização do leste paulista que implicou em sucessivos desmembramentos territoriais, consequentes migrações de seus habitantes e, por isso, variações entre o número de moradores de cada núcleo (Figura 3). Interessante observar que, entre os muitos vestígios úteis à leitura desta paisagem, este processo descrito fomentou laços de parentesco entre os habitantes da mesma cidade e propínquas (POLITO, 2013; 2018). Essa característica contribuiu à identificação das territorialidades existentes, posto que o convívio em família, ou os encontros festivos entre demais laços parentais, são traços identitários e necessários à preservação do sentido de pertencimento.

A partir deste *modus operandi*, não se pode descartar o fato de que a rede de socialização é imbricada e que a mobilidade cotidiana desta população ocorre horizontalmente, isto é, entre zonas urbanas, rurais e urbano-rurais, tendo em vista que os limites entre o ser-urbano e o ser-rural são imprecisos, participando da mesma noção de cidade (POLITO, 2018). Além disso, os dados de 2010 do Censo Demográfico indicam que a proporção entre naturais e não-naturais nos dois municípios são semelhantes aos patamares regionais (em torno de 40% dos residentes), sendo que a metade dos não-naturais seriam oriundos de municípios das respectivas regiões (21,15% no caso de Iracemápolis e 18,05% no caso de Mogi Mirim). Este grande contingente de migrantes intra-regionais potencializam as relações e interações espaciais entre municípios à medida que os espaços de vida se organizam de forma regional, potencializando também os deslocamentos cotidianos que são mais difíceis de serem capturados pelos dados censitários (MARANDOLA JR., 2011; 2014).

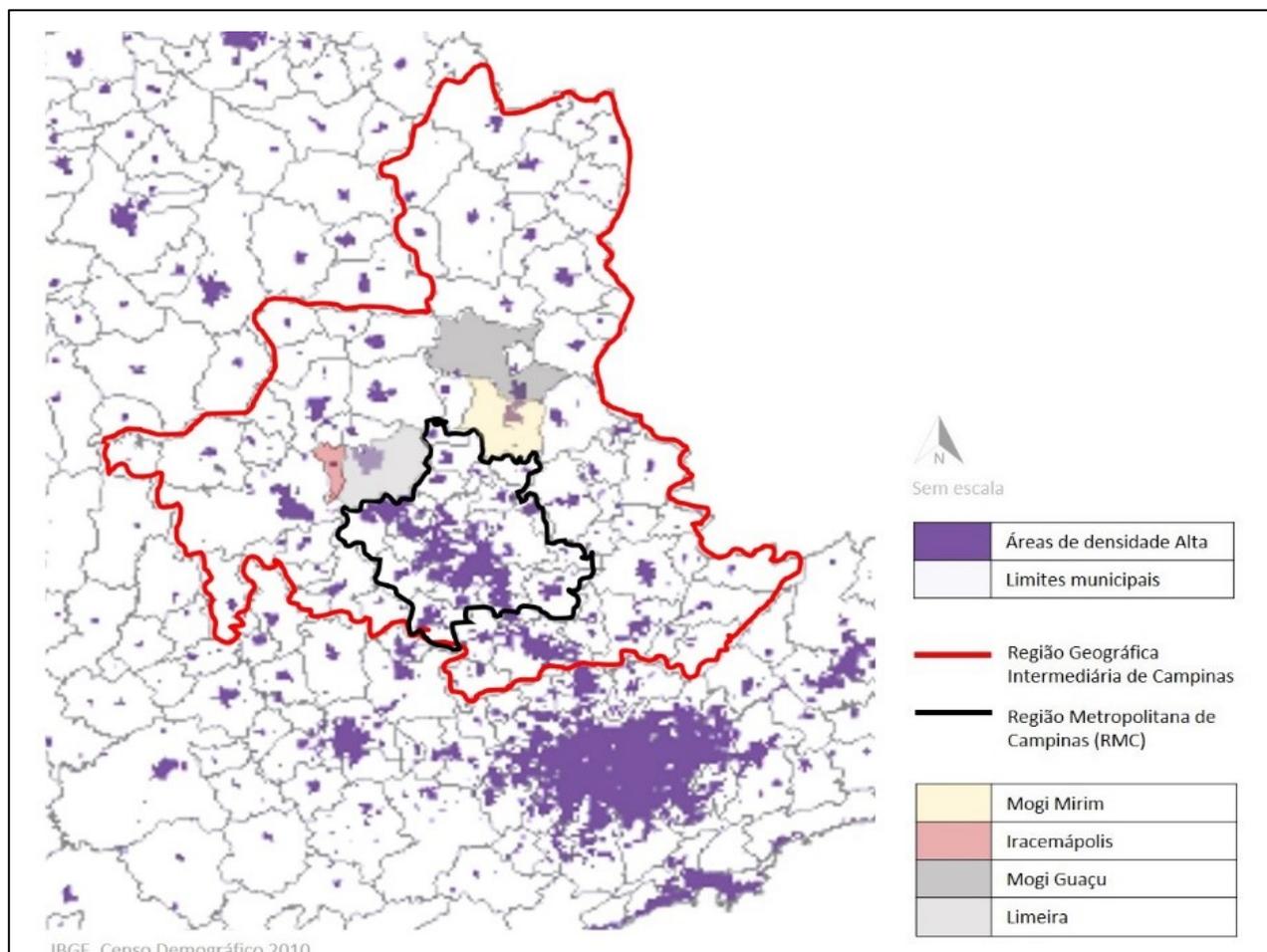


Figura 3: Densidade demográfica na Região Geográfica Intermediária de Campinas - SP

Fonte: IBGE, obtido em <https://mapasinterativos.ibge.gov.br/densidade/> e modificado pelos autores.

Exemplo disso é a própria população rural da Região Intermediária de Campinas que contabiliza 189.255 habitantes e conta com uma rede de estradas locais facilitadoras do acesso aos demais arranjos geográficos regionais e interestaduais. As áreas urbanas são mais adensadas, mas os polos regionais são procurados pela oferta de serviços (como os de saúde), tornando-se potenciais centros de disseminação epidemiológica (que reverberam) por todo território (Figura 4).

Todavia, convém-se reiterar que o uso do termo “rural” não busca reificar uma cisão entre campo e cidade (DA SILVA, 2001). Enfatiza-se uma interpenetração da compreensão de um mundo plural e coeso, em que atividades pouco evidenciadas ficam soterradas ao ponto de se esboçarem numa pragmática divisão que apaga as diversas teias sociais com o urbano (FIGUEIREDO *et al.*, 2012). Esta situação evidencia-se, principalmente, na insistente divisão do próprio campo de trabalho: o da profissão e o da ocupação. A primeira é remetida em escalas rentáveis que se encontram na região: desde relações verticalizadas no mercado dito formal em grandes instalações sucroalcooleiras e de multinacionais, até

na mediação entre grandes e médios agricultores em cooperativas. Já a segunda trata-se de ramos menos “atrativos”, como as feiras livres com produtos de pequenos sítiantes que levam parte de sua produção para venderem na cidade ou como itinerantes em seus próprios veículos.

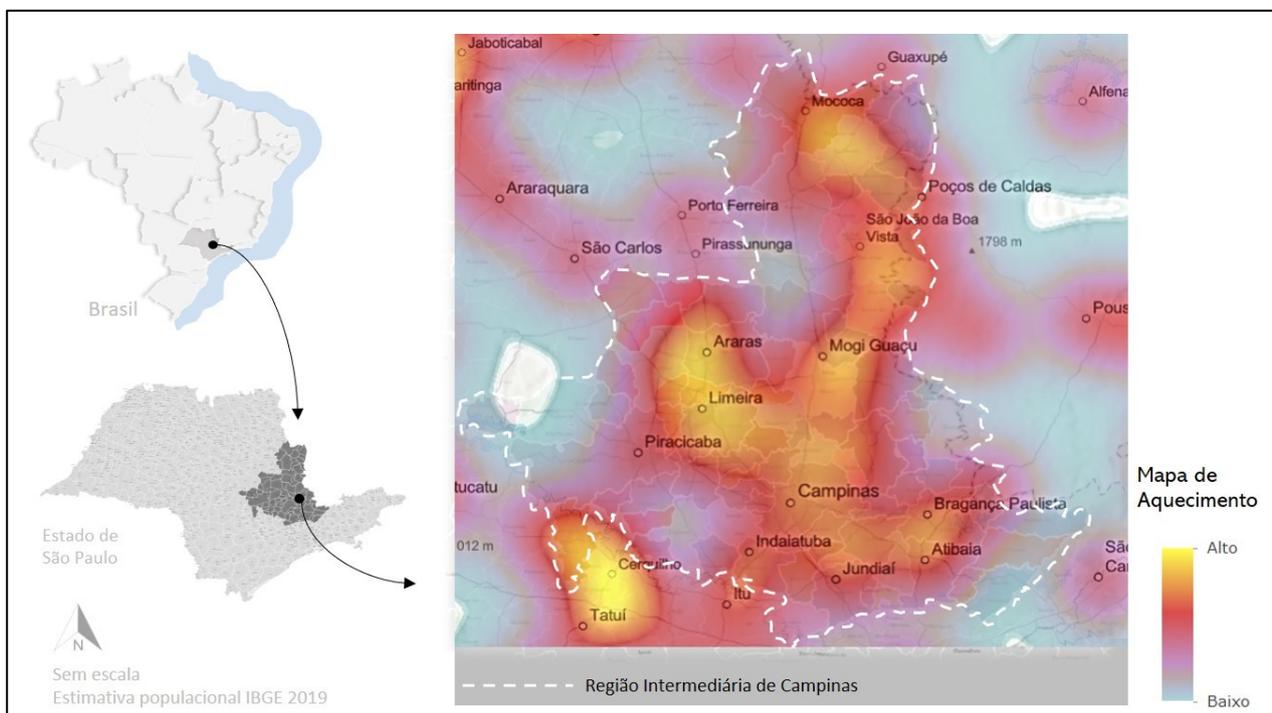


Figura 4 - Mapa de calor referente à possível propagação da COVID-19 na Região Geográfica Intermediária de Campinas - SP

Fonte: elaborado pelos autores.

Não se é negado que os dois municípios em questão, ou seja, Iracemápolis e Mogi Mirim, profundamente articulados por densas redes urbanas, apresentam aquilo que se têm discutido em termos de um “novo rural” desde os anos 1990, indicando alterações nas relações campo-cidade e redefinições nos papéis e significados do urbano e do rural (GRAZIANO DA SILVA, 2002; MARANDOLA JR.; ARRUDA, 2005). Mesmo assim, as permanências das ruralidades aqui alentadas são expressivos arcabouços significativos de um passado resiliente, com assídua projeção das territorialidades historicamente constituídas no imaginário coletivo como é o caso dos bairros rurais, os quais são núcleos de vivência que se designam pelos fortes laços sociais e culturais estabelecidos pelos seus componentes (CANDIDO, 1964).

Estes laços, evidenciados em tarefas altamente qualitativas que englobam desde relações com o sagrado (festas ao padroeiro do bairro) à ajudas mútuas entre vizinhos (relações no trabalho agrícola), embrenham-se nos vínculos ainda firmados no intuito de

reinterpretar a socialização dada pela profissionalização do trabalho urbano através das forças pretéritas da sociabilidade das ocupações, fazendo a cidade ser melhor discernível no campo da ação do imaginário coletivo rural. Mais precisamente, os mesmos não se anulam, mas se retroalimentam nas narrativas criadas (memória) entre os que permanecem na área rural, aos que trabalham na cidade (e moram no campo) e também àqueles que migraram definitivamente.

Isto faz com que se qualifique (ou humanize) outro fenômeno na região: a multilocalização, o qual pode ser também interpretado como uma crítica à mobilidade pendular (CAZELLA *et al.*, 2020). Na medida em que os familiares de sítiantes passam a trabalhar em algumas atividades urbanas, porém, ainda mantendo o vínculo social e cultural com o meio rural, a inserção destes sujeitos nos ramos profissionais frente ao “arcaísmo da ocupação” (onde os componentes do grupo substituem uns aos outros) não se distancia de um discurso que já concerna o urbano e vice-versa (CORDOVA; VICTAL; 2017). Mais precisamente, a discussão sobre a inteligência das novas modalidades associativas e espaciais, encaradas como altamente urbanizadas, são debatidas entre antigos e novos componentes ligados pelo modo rural de viver.

Assim sendo, a mobilidade pendular dada pelo fator migração como, por exemplo, o alentado pelo trabalho sazonal, situa de forma abrupta as pessoas no espaço. Melhor dizendo, os papéis sociais entre o ser urbano e o rural deixam de ganhar aqui uma rica diversidade de compreensão onde estes não podem ser encarados como dissociados, mas comprometidos com as circunstâncias dos desafios da vida do lugar onde se situam. É por esta lógica de socialização pré-existente que se verificam como os eventos tradicionais locais se transformam em atrativos indutores de outras formas de deslocamento. Realizados pelo grupo comunitário, conferem identidade, sentido e significado à própria paisagem. Como exemplo, têm-se as romarias de cavaleiros, as festas agrícolas e religiosas e até carnaval rural. Além disso, também são atrativos os campos rurais de futebol com campeonatos amadores e os sítios familiares.

Neste âmbito, pode-se afirmar que, qualquer deslocamento no território da região, perpassa pela intencionalidade das ações e seus significados no campo sociocultural (o rural). Isto significa que, num simples deslocamento para compras de artigos domésticos, está envolvida uma gama expressiva de pessoas (familiares, amigos, vizinhos), lugares (cidades, bairros urbanos e rurais, sítios) e paisagens (a sobreposição de vivências e experiências que conotam a qualidade do pertencimento das pessoas às regiões em que vivem) para além do paradigma local vs. global.

Nos municípios de Jaguariúna, Artur Nogueira, Holambra, Conchal, Estiva Gerbi e Engenheiro Coelho, o atendimento à população da zona rural é realizado nos postos de saúde ou prontos-socorros localizados em suas respectivas zonas urbanas, porém, em casos graves, estes são transferidos ao município mais próximo com maior capacidade que, não raro, é Limeira. Neste aspecto, Limeira e, em boa parte dos casos, Mogi Guaçu, concentram as maiores demandas. Isto faz com que haja a transcendência do quesito regionalidade além dos limites municipais destas cidades, pois abrangem uma territorialidade que inclui os interstícios entre os mesmos, ou seja, outras cidades com o intermitente meio rural.

Visto de outra forma, a mobilidade cotidiana para uma área com mais recursos de tratamento salutar não engloba somente o crivo do quesito infra estrutural (trabalho, estudo, hospital bem equipado), mas também uma leitura de movimentação que se enraíza nos laços sociais estabelecidos por ações pretéritas, recorrendo-se assim aos conhecidos – como os parentes que vivem nestas cidades maiores. Há, ao mesmo tempo, tanto uma necessidade de ação do âmbito médico para os casos de urgência salutar, quanto uma busca de conforto emocional dos atingidos e aflitos pelas pessoas próximas. E, este tipo de explanação, pode ser preocupante quando há a contabilização dos números oficiais de casos e óbitos notificados e acumulados, uma vez que estes deslocamentos colocam em risco uma gama considerável de pessoas que buscam ajuda nestes locais de maior porte, já que, também, poderão se contaminar e contaminar outros mais quando voltarem para casa.

Para um exemplo de âmbito estatístico em que possam demonstrar a maneira como as cidades pequenas se tornam refém desta situação pandêmica, revela-se na figura 6 o potencial do alastramento viral não somente de forma generalizada através das densidades demográficas das cidades de porte médio citadas, mas de uma realidade mais plausível às localidades menores quando o recorte analítico é feito em uma amostragem que discrimine o seu impacto em um contingente de até 10 mil habitantes.

Na interpretação deste recorte, é possível averiguar o seguinte cenário: em Mogi Mirim há na data de 21/03/2021 15.423 casos confirmados e 148 óbitos. Seu primeiro caso registrado fora no dia 07/04/2020. Em paralelo à Mogi Guaçu, esta detinha, na mesma data, 10.039 casos confirmados e 216 óbitos (primeiro caso registrado: 30/03/2020). Além do mais, a população diariamente se desloca entre os municípios, pois ambos são extremamente conurbados.

Desta forma, Mogi Mirim apresentava os respectivos números: 348 dias / 15.423 casos. Sua taxa de contaminação era de 63,45% com um percentual baixo de recuperação: 35,58%. Sua taxa de casos diários rondava o contingente de 44,31 pessoas notificadas. Isto significa que o colapso de seu sistema de saúde já era uma realidade. Segundo a prefeitura municipal, o Hospital Municipal 22 de Outubro registrou no dia 21/03/2021 uma taxa de ocupação de UTI de 225%, isto é, houve a improvisação de leitos desta unidade de tratamento em outras repartições do hospital, e o Hospital Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim 100%.

Iracemápolis, desde seu primeiro caso registrado 26/03/2020, registrou 2.632 casos (18/03/2021). Tomando como contraponto a cidade de Limeira, esta apresentava os seguintes números: 22.611 casos e 435 mortes (21/03/2021). Descartando o dia do primeiro caso notificado em Limeira, há um alerta. Em termos comparativos, Limeira obtinha 19.979 casos e 403 mortes a mais, porém, apresenta um total de 308.482 habitantes, isto é, esta cidade é doze vezes maior que Iracemápolis. Proporcionalmente, Iracemápolis registrava os seguintes índices: 360 dias / 2.632 casos. Sendo assim, guardava um potencial de contaminação de 12,42%. O percentual de recuperação é relativo, com 2.273 pacientes, totalizando 86,36%.

Todavia, em média, Iracemápolis registrava neste período destacado uma taxa de propagação de 7,3 casos/dia. Se considerado o potencial de contágio do vírus de 3,2 pessoas, tinha-se um potencial de 46,03% de infectados diariamente (com a cepa "P.1" era 69,05%). Lembrando que, do total de casos (2.632), se for subtraído pelo total de pessoas recuperadas (2.273) e óbitos (32), havia um número de 327 doentes. Aqui, manifestava-se um cenário entre 1.046 a 1.569 pessoas possivelmente enfermas. E, obviamente, nenhuma delas seria atendida na cidade quando apresentassem complicações, sendo realocadas para outras cidades da região (majoritariamente Limeira).

Como alentado, a utilização de estatísticas de recuperados e de óbitos para justificar um quadro de imunização de um município menor em relação aos vizinhos, pode acarretar um rápido colapso de seu sistema de saúde por negligência ou ignorância. Em pequenas cidades este cenário é concreto, dada a novidade da situação e a um sistema de saúde local despreparado para atendimento nestas proporções, especialmente, considerando-se a rapidez do contágio. Assim, é na complexidade das relações sociais (e geográficas) destas cidades que a compreensão do panorama da propagação viral, no contexto regional da rede urbana a qual se integram, se torna relevante.

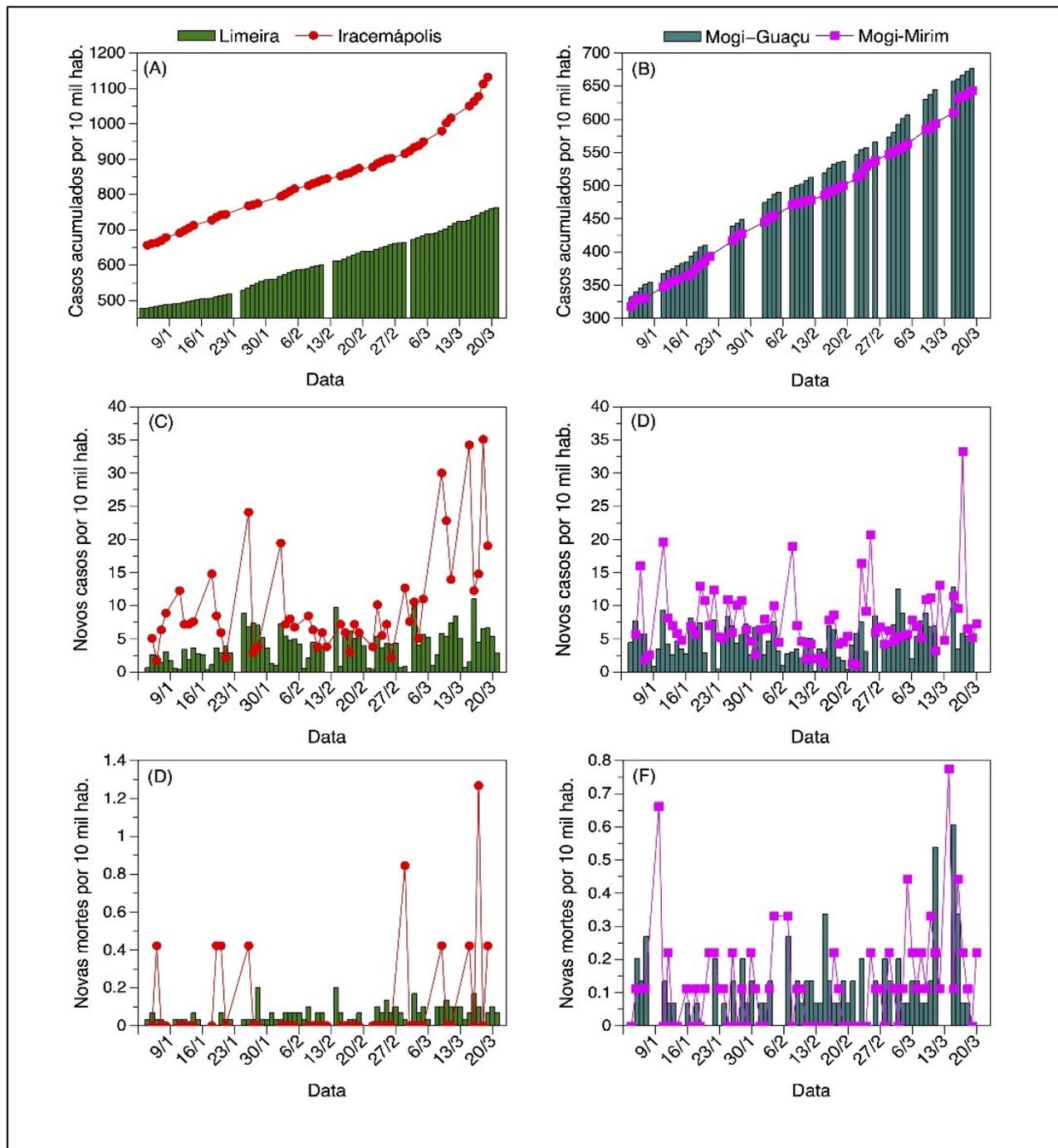


Figura 6 - Tabulação de casos entre Iracemápolis-Limeira e Mogi Mirim-Mogi Guaçu sob o impacto do alastramento viral da COVID-19 por meio de amostras por 10 mil habitantes

Fonte: elaborado em conjunto com os autores*.

4. CONCLUSÃO

Quanto maior a necessidade do estabelecimento de um “novo normal”, onde os hábitos de vida não são considerados em suas complexas redes sociais vividos

* Os autores agradecem o grande auxílio na tabulação dos dados ao biólogo e pesquisador da Universidade de São Paulo Gabriel Sgarbiero Montanha.

regionalmente, maiores são os riscos incidentes nos índices de contaminação, transformando as normas de prevenção contra a COVID-19 em uma resistência popular frente ao isolamento solidário quando não compreendidas as dinâmicas dos seres-no-mundo. Desta maneira, a rede urbana compreendida por Itacemópolis e Mogi Mirim aprofunda o alastramento do contágio, uma vez que suas polaridades regionais apresentam pontos de captação (e irradiação) de novas contaminações na interação com outros territórios, como o rural. Neste sentido, os espaços de vida, neste contato, articulam-se com a rede alcançada pela COVID-19 (RANSCOMBE, 2020). Isto significa que, estudos que observam exclusivamente o alastramento viral por redes urbanas, interconectadas através das dinâmicas de circulação e mobilidade pautadas por elas mesmas, devem ser relativizados.

Situações estas que podem ser contraditas como a do começo do ano de 2021 (entre os meses de janeiro e março) com o surgimento da nova cepa do corona vírus, a “P.1 de Manaus”, que fora detectada no interior do estado em uma paciente de Águas de Lindoia (cidade com 18.808 habitantes, distando-se 191 Km de São Paulo) a qual não visitou o estado amazonense, mas teve contato com pessoas que o fizeram. É neste sentido que nos debruçamos sobre a taxa potencial de propagação nas cidades pequenas, as quais manifestaram crescentes aumentos de casos de COVID-19 e de variantes.

Assim, o quesito vulnerabilidade tange-se em pensar a propagação viral sob o prisma da reconsideração da mobilidade por situações habituais como:

- a) A relação com a área rural no papel que compete aos bairros rurais e sítios;
- b) A questão da paisagem cultural que conforma o lugar a ser habitado por estas pessoas;
- c) As relações de parentesco e vizinhança com os moradores das áreas rurais e urbanas ao redor;
- d) No campo de trabalho “informal” de pequenos agricultores que comercializam sua produção nas feiras realizadas no âmbito urbano e na venda de casa em casa;
- e) Na conexão com o capital global através das dinâmicas estabelecidas nas rodovias que interligam as cidades médias circunvizinhas, às regiões metropolitanas e à capital paulista; e
- f) Na constante migração de pessoas de várias regiões nacionais que ali vem residir e trabalhar nos complexos sucroalcooleiros e em multinacionais automobilísticas.

Tais situações elencadas revelam uma questão urbana circunstancialmente complexa e que poderiam auxiliar a entender as formas de propagação da COVID-19 nestas localidades. Além do mais, estas circunstancialidades não minimizam e nem relativizam a situação de outras cidades brasileiras: somente abrem possibilidades para pensar como outras dinâmicas de mobilidades podem, para além da circulação estrutural ligada ao sistema produtivo, contribuir para compreender a multiplicidade de situações e formas como a COVID-19 se dispersa.

Apontam para a necessidade de um olhar geograficamente centrado a partir de relações sociais e culturalmente vividas em um horizonte de possibilidades de ser-e-estar-no-mundo em que a própria urbanidade – este amadurecimento das relações políticas, sociais e culturais que capacita a orientação diária com o diferente –, nas suas múltiplas escalas e relações, possa ser decodificada em territórios maiores.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. Reflexiones sobre la peste. In: AGAMBEN *et al.* **Sopa de Wuhan: pensamiento contemporaneo en tiempos de pandemias**. ASPO - Aislamiento social preventivo y obligatorio. Buenos Aires, Argentina: ASPO, 2020. cap. 14, p. 135-137.

ANDREOTTI, G. **Paisagens culturais**. Trad. Ana Paula Bellenzier. Editora UFPR, 2013. 224p.

BAIDOU, A. Sobre a situação epidêmica. In: DAVIS, M. et al. (Org). **Coronavírus e a luta de classes**. Piauí & Ceará, Brasil: Terra sem amos, 2020. cap. 5, p. 35-42.

BATELLA, W.; MIYAZAKI, V. K. Relações entre rede urbana e Covid-19 em Minas Gerais. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Edição Especial, p. 102-110, 2020.

BATISTA, G. S. Entre o distanciamento físico e o lockdown: a solidariedade como práxis em tempos de pandemia. **O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 46, p. 152-162, 2020.

BATISTA, G. S.; TARJA, F. S. Isolamento solidário em tempos de pandemia: diálogos entre a saúde e a hermenêutica filosófica. **Revista Internacional de Filosofia**, Santa Maria, v. 11, n. 15, p. 1-9, 2020.

BAUMAN, Z. **Identity: conversations with Benedetto Vecchi**. Cambridge, UK: Polity, 2004. 140p.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Rio de Janeiro, RJ: J. Olympio, 1964. 336p.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005**. São Paulo: Editora Unesp, 2008. 304p.

CASTRO, G. de C.; REIS, D. S. dos; ORRICO FILHO, R. D. Estrutura urbana e mobilidade populacional: implicações para o distanciamento social e disseminação da Covid-19. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 37, p. 1-22, 2020.

CAZELLA, A. A.; DORIGON, C.; NESI, C. N.; ELOY, L. Sistemas agrícolas e alimentares de famílias rurais: análise da multilocalização familiar na região Oeste de Santa Catarina. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 21-47, 2020.

CORDOVA, V. S.; VICTAL, J. Candian: o último caipira. **Revista do IEB - Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 68, p. 164-186, 2017.

CORDOVA, V. S. **Territorialidade e resistência: a presença caipira nas cidades do interior paulista**. 2014. 337 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2014.

CORDOVA, V. S. **Casa, mundo, quintal: ser-arquitetura-da-arquitetura no modo de vida caipira**. 2018. 319 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2018.

DA SILVA, J. G. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo. v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

FARIAS, H. S. de. O avanço da Covid-19 e o isolamento social como estratégia para redução da vulnerabilidade. **Espaço e Economia – Revista Brasileira de Geografia Econômica**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 1-12, 2020.: 19 out. 2020.

FORTALEZA, C. M. C. B.; GUIMARÃES, R. B.; ALMEIDA, G. B. de; PRONUNCIATE, M.; FERREIRA, C. P. Taking the inner route: spatial and demographic factors affecting vulnerability to Covid-19 among 604 cities from inner São Paulo State, Brazil. **Epidemiology and Infectio**, Cambridge, v. 148, p. 1-5, 2020.

FIGUEIREDO, N. M. S. de; BRANCHI, B. A.; KAGEYAMA, A. A. Trabalhadores e famílias rurais na Região Metropolitana de São Paulo: diversificação dos rendimentos e características familiares em 2008. **Revista de Economia**, v. 38, n.1, p.133-166, 2012.

G1-GLOBO. **Cidade de São Paulo confirma 1º caso da nova variante brasileira do coronavírus em paciente que não esteve em Manaus**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/13/sao-paulo-confirma-caso-da-nova-variante-brasileira-do-coronavirus-em-paciente-que-nao-estive-em-manaus.ghtml>. Acesso em: 16 fev. 2021.

G1-GLOBO. **Pirassununga tem 1º caso de variante delta do coronavírus em morador, diz análise da USP, de 30 julho de 2021**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2021/07/30/usp-identifica-primeiro-caso-de-variante-delta-do-coronavirus-em-morador-de-pirassununga.ghtml>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

GIDDENS, A. **The consequences of modernity**. California, USA: Stanford University Press, 1991. 200p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: IE/Unicamp, 2002. 166p.
HARVEY, D. **The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change**. New Jersey: Wiley-Blackwell, 1992. 392p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. (2017). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. (2010). **Limeira - IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/limeira/panorama>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

JOHNS HOPKINS CORONA VIRUS RESOURCE CENTER. **Corona Virus Resource Center**. Disponível em: <<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

KELLERMAN, A. **Personal Mobilities**. London: Routledge, 2006. 224p.

MARANDOLA JR., E. **Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana**. São Paulo: Blucher, 2014. 248p.

MARANDOLA JR., E. Mobilidades contemporâneas: distribuição espacial da população, vulnerabilidade e espaços de vida nas aglomerações urbanas. In: CUNHA, J. M. P. da (Org.). **Mobilidade espacial da população: Desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas, Brasil: NEPO/Unicamp, 2011. cap. 5, p. 95-115.

MARANDOLA JR., E.; ARRUDA, Z. A. Urbanidade e ruralidade no Brasil e as redefinições entre campo e cidade. **Boletim de Geografia**, v. 23, n. 1, p. 24-38, 2005.

MARANDOLA JR. E.; DAL GALLO, P. M. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista Brasileira de Estudos Populares**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. **Boletim Corona Vírus**. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS. **Informativo Corona Vírus**. Disponível em: <<http://iracemapolis.sp.gov.br/boletim-em-26-08-2020/>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA. **Informativo corona vírus**. Disponível em: <<https://www.limeira.sp.gov.br/sitenovo/hotsite.php?id=69>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU. **Informativo Corona Vírus**. Disponível em: <<https://www.mogiguacu.sp.gov.br/home.html>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM. **Secretaria da Saúde**. Disponível em: <<http://www.mogimirim.sp.gov.br/covid>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

OJIMA, R.; MARANDOLA Jr., E. Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: dispersão urbana e reflexiva na dinâmica regional não metropolitana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 103-116, 2012.

POLITO, J. de A. **Paisagem Mogiana: transitoriedades e resistências na configuração de um território**. 2018. 232 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2018.

POLITO, J. de A. **Territórios de civilidade: o papel das Mogis na formação e reestruturação do leste paulista, século XVII-XIX**. 2013. 256 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013.

RANSCOMBE, P. Rural areas at risk during Covid-19 pandemic. **The Lancet Infectious Diseases**, de 17 de Abril de 2020. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S1473-3099\(20\)30301-7](https://doi.org/10.1016/S1473-3099(20)30301-7)>. Acesso em: 10 jul. 2020.

RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: ENCONTRO DE GEPGRÁFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo, **Anais...** São Paulo, 2005. p. 1-13.

RIBEIRO, E. A. W. Padrões espaços-temporais da rota do Covid-19 (corona vírus) no estado de Santa Catarina, Brasil. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Edição Especial, p. 16-24, 2020.

RIBEIRO, L. C. de Q. Cidade e cidadania: inclusão urbana e justiça social. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 43-45, 2004.

SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020. 50p.

SANTOS, M. **Toward another globalization: from the single thought to universal conscience**. USA: Springer, 2017. 166p.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico**. São Paulo: Edusp, 2008. 176p.

SECCHI, B. **Prima lezione di urbanística**. Roma, Italia: Laterza, 2000. 211p.

SILVA, M. H. S. da; RAOUL, M. D.; CABRERO, D. R. O. Análise sobre risco e vulnerabilidade à Covid-19 no estado de Mato Grosso do Sul. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Edição Especial, p. 164-174, 2020.

TUAN, Y. F. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina, Paraná: EDUEL, 2012. 342p.

URRY, J. **Mobilities**. London, England: Polity, 2007. 336p.

Recebido: 06.10.2021

Aceito: 23.03.2022